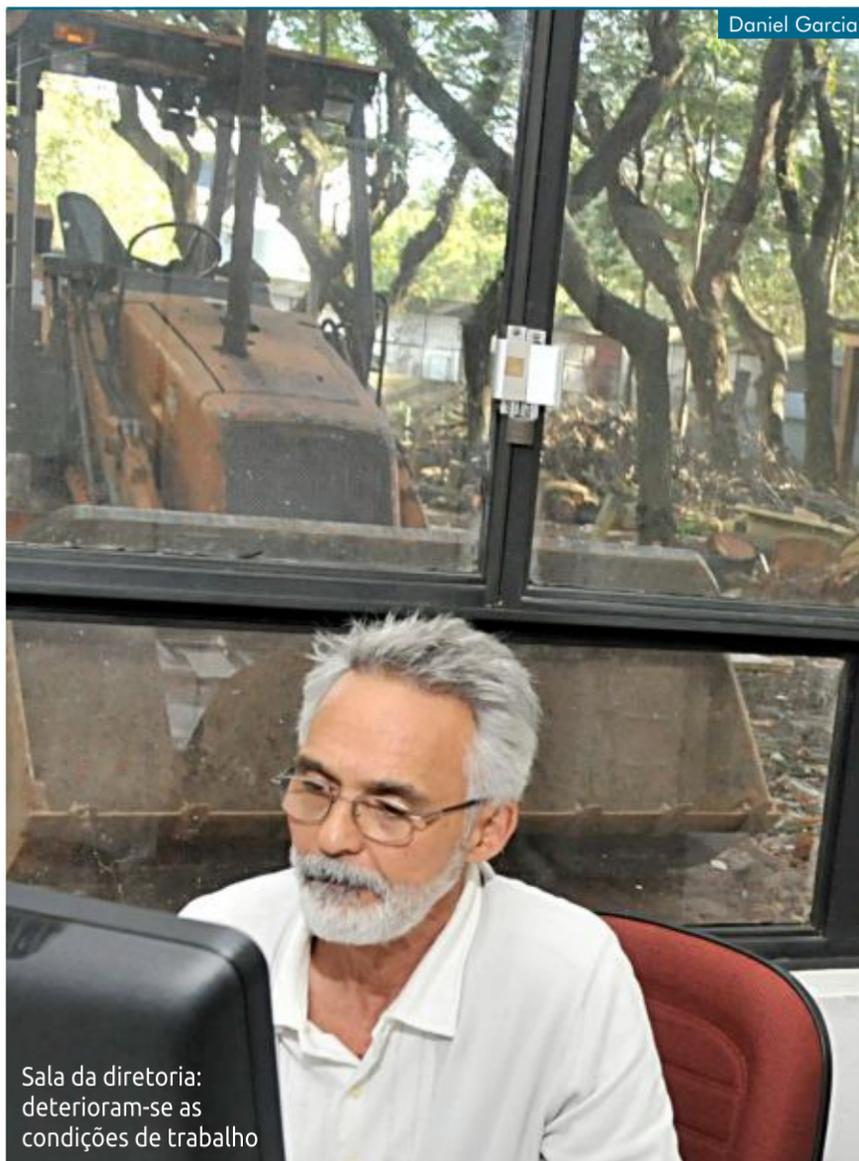


Quo usque tandem abutere patientia nostra?

Gostaríamos de poder retomar as atividades do segundo semestre com boas notícias para os colegas, mas... isso não é possível. O descaso da Reitoria com relação à entidade e suas pautas nos obriga, uma vez mais, a tratar da questão da sede da Adusp, assunto que já poderia ter sido resolvido há meses e que é emblemático de como imposições, falta de diálogo e desrespeito marcam o modo como a Reitoria se relaciona com a comunidade universitária.

Senão, vejamos. Reunimo-nos com a Reitoria pela primeira vez para tratar desse assunto em 26/7/2011. Na ocasião, fomos informados de que teríamos que deixar o espaço — ocupado pela entidade há mais de vinte anos — em função da reforma do prédio da antiga Reitoria. Entendendo não haver outra opção, reivindicamos que fosse cedido um outro espaço, dentro do campus, para a entidade. O reitor solicitou, então, que a Adusp lhe fornecesse subsídios que respaldassem juridicamente uma cessão desta natureza, cogitando de que poderia haver restrições legais. **Não nos recusamos a fazê-lo.** Dois dias após a reunião, a diretoria encaminhou o ofício à Reitoria, anexando pareceres da própria Consultoria Jurídica da USP que respaldam a cessão de espaço para a subsede regional da Adusp de Ribeirão Preto, ocorrida já na gestão Rodas. Ficou demonstrada assim a possibilidade legal de atender a nossa demanda.

Em agosto do ano passado, o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de Gabinete da Reitoria, esteve na sede da Adusp para entregar uma proposta da Reitoria de Termo de Ajuste para Continuidade de Utilização de Espaço (TA). **Não nos recusamos a discutir a proposta.** Ao contrário, imediatamente a submetemos à análise do nosso departamento jurídico e, em reunião realizada com a Reitoria em setembro de 2011, a Adusp apresentou uma contraproposta de TA, com o objetivo de assegurar prazos para a negociação de um espaço definitivo para a sede da entidade, além de reafirmar nossa compreensão, com base em juris-



Sala da diretoria: deterioraram-se as condições de trabalho

prudência de tribunais, a respeito da inexistência de restrições legais à cessão de espaço para a entidade.

O reitor solicitou, então, cópias de toda essa documentação para que a Procuradoria Geral (PG, ex-Consultoria Jurídica) pudesse analisá-la. Na mesma reunião, reafirmou sua intenção de concluir o processo de negociação de uma sede definitiva para a Adusp ainda durante a sua gestão. Três dias depois da reunião, a Adusp enviou a documentação solicitada.

Tudo indicava que a negociação estava caminhando mas, inexplicavelmente, a Reitoria silenciou até o início de dezembro. **Não desistimos.** Após a Adusp reiterar, por meio de vários ofícios, o pedido de agendamento da reunião para dar continuidade à negociação, em 7/12/2011 fomos recebidos pelos professores Alberto Carlos Amadio e Wanderley Messias da Costa, representantes da Reitoria, e pelo procurador geral da USP, Gustavo Mônaco. Na ocasião, fomos finalmente informados de que

a PG concordava que inexistiam objeções legais para a cessão de espaço para a entidade. Mas... sempre havia um mas...! A Reitoria não apresentou nenhuma proposta de espaço definitivo para a nova sede, nem se comprometeu a apresentar uma, ainda que aceitássemos um prazo maior. **Não permitimos a instauração do impasse.** Sugerimos, imediatamente, que a Reitoria estudasse a possibilidade de ampliar o espaço proposto inicialmente como sede provisória para que se tornasse definitivo.

Em reunião realizada em 22/12/2011 a Reitoria apresentou sua proposta. **Não a recusamos.** Mais ainda: nos comprometemos a adequar o texto do Termo de Permissão de Uso (TPU), considerando que o novo espaço seria definitivo. O Conselho de Representantes da entidade aprovou a solicitação da Reitoria de que apresentássemos um projeto executivo das reformas que precisariam ser feitas no local destinado à nova sede.

Nesta edição

Página 2

- Após quase 90 dias, greve nas federais continua forte

Página 3

- Fórum Aberto pede ao IQ que anule a demissão de Ana Rosa Kucinski

- Sede do Núcleo da Consciência Negra sofre danos e enfrenta assédio da Coesf

Página 4

- Na Rádio USP, Rodas deprecia escola pública

- PL 108/2012 quer mudar composição do CEE

Durante todo esse processo, a reforma do prédio avançava e seguimos trabalhando em condições cada vez piores: poeira, ruído, corte de água sem aviso prévio.

Enquanto o projeto executivo estava sendo elaborado, a Adusp encaminhou à Reitoria, em fevereiro de 2012, nova proposta de adaptação de texto para o TPU, solicitando agendamento de reunião para sua assinatura. Durante o mês de março, insistimos junto à Reitoria na necessidade e na urgência de se concluir a negociação.

Vale ressaltar que, a essa altura, já havíamos sido surpreendidos com publicação de matéria do USP Destaques 55, na qual se informava que os diretores da Adusp estavam sendo interpelados judicialmente para prestar esclarecimentos acerca de declarações atribuídas a “entidades docentes” pelo editorial da edição de 25/2/2012 do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Finalmente, em 2/4, voltamos a nos reunir com o reitor ►►►

que, em sua fala inicial, perguntou qual seria o tema daquela reunião. Mais uma vez, manifestamos a necessidade de assinarmos o TPU. O reitor mencionou a interpelação judicial contra a diretoria da Adusp e declarou não ver condições de avançar na negociação sobre a nova sede, sem resolver, ao mesmo tempo, a questão da interpelação. Contestamos seu ponto de vista, argumentando que ele poderia ter contactado a diretoria para tentar esclarecer o ocorrido, ao invés de lançar mão de medidas judiciais. Ponderamos, também, ser inaceitável postergar a decisão sobre a nova sede, considerando o avanço da reforma no prédio da antiga Reitoria e as responsabilidades já assumidas pelas partes durante todo o processo de negociação. Rodas, contudo, mostrou-se irredutível e terminou propondo que Adusp e Reitoria fizessem uma declaração conjunta na qual a diretoria contextualizaria as declarações imputadas à entidade pelo reitor, em função do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*; e a Reitoria esclareceria que a iniciativa de interpelar judicialmente os diretores da entidade não teria sido a melhor atitude.

Estava claramente colocada uma situação de impasse. A negociação sobre a mudança da sede não avançaria sem que se resolvesse também a questão da interpelação. **Nem essa proposta nos recusamos a considerar.** Após longa e difícil discussão, que incluiu o Conselho de Repre-



Uma das perfurações em parede da sede

sentantes da entidade, avaliamos que, mais uma vez, precisávamos demonstrar disposição ao diálogo e à negociação. Assim, no final de abril, encaminhamos uma minuta de texto para a declaração conjunta. O Reitor não aceitou os termos da proposta e, por meio do professor Wanderley, foi encaminhado à Adusp um novo texto. Nesta versão, no parágrafo referente à declaração da Adusp, acrescentava-se que a entidade não havia imputado ato ilícito ao reitor, enquanto se suprimia o parágrafo do texto original em que a Reitoria reconhecia a inadequação de interpelar judicialmente a diretoria da Adusp. Respondemos ao professor Wanderley que, para ser fiel ao que havia sido sugerido pelo

próprio reitor, na reunião de abril, uma declaração conjunta não poderia prescindir do reconhecimento de que a interpelação judicial não se constitui em instrumento adequado para o esclarecimento dos fatos e que, portanto, a proposta da Reitoria não era razoável. O professor Wanderley comprometeu-se então a conversar novamente com o reitor no sentido de apresentar, o mais breve possível, uma nova versão de declaração, mas nada foi encaminhado à entidade.

Em junho, a diretoria voltou a contatar o professor Wanderley, comunicando que enviara ofício à Reitoria solicitando agendamento de reunião para discutir o projeto executivo da reforma do espaço desti-

nado à nova sede, conforme havia sido acordado quase seis meses antes. Durante o telefonema, o professor Wanderley nos informou que o reitor não havia mudado de posição quanto ao texto da declaração conjunta. Insistimos na necessidade de retomar o diálogo concernente às pautas da entidade e o professor Wanderley reiterou sua intenção de tentar agendar a reunião solicitada. Novo silêncio da Reitoria e, nos últimos dias de julho, funcionários e diretores da Adusp foram surpreendidos com buracos e trincas nas paredes da sede, causados pelas obras no prédio. Sem nenhuma explicação ou cuidado com quem trabalha no local. Mais uma vez, contactamos o professor Wanderley, relatando o ocorrido e reiterando que a questão da nova sede tivesse o devido encaminhamento. Mais uma vez, o professor Wanderley se dispôs a conversar com o reitor e a dar uma resposta à Adusp. Mais uma vez, silêncio.

Passados 930 dias desde a posse do reitor, nada disso deveria surpreender.

Afinal, para que o diálogo seja profícuo é imprescindível que as partes envolvidas tenham compromisso com relação à palavra empenhada e consciência da responsabilidade dos cargos que ocupam. Até o momento, o reitor tem preferido trilhar o caminho da intolerância, do desrespeito e do descaso. Ainda lhe restam 530 dias de mandato.

Após quase 90 dias, greve nas federais continua forte

Em meio a uma forte greve que envolve diversas categorias do funcionalismo público federal, o movimento dos docentes das instituições federais de ensino superior mantém-se firme em todo o país. Até o momento em que fechávamos esta edição, havia notícia de manutenção da greve nas assembleias realizadas em 52 instituições, entre elas UFRJ, UFF, UFMG, UFABC, Unifesp, UFPA, UFPE, UFBA, UFSC, UFRG, UFRS, UFSM.

O Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-Sindicato Nacional classifica como “simulacro de acordo” o compromisso firmado entre o governo e o Proifes, entidade chapa-branca. O texto assinado “não atende a melhoria da qualidade da educação pública e não valoriza a carreira docente”, e “os reajustes previstos no acordo atingem a categoria de modo desigual, prejudicando os docentes e aprofundando as distorções, além de não repor, para a maioria dos professores, a inflação

efetiva aferida pelos órgãos oficiais de estatística, para o período de 2010-2012, e a prevista para o período de 2013-2015”.

No entender do CNG, o MEC manipulou de maneira ardilosa a informação proveniente da consulta eletrônica realizada pelo Proifes. Ao afirmar que 75% dos professores optaram pela aceitação da sua proposta, o governo omite o fato de que o universo consultado representa somente 3% da categoria! “Fracassou mais uma operação montada pelo governo para acabar com a greve, agora por meio da assinatura do acordo com uma entidade não representativa dos professores em greve”, afirma o comunicado do CNG de 10/8. O movimento se mantém mesmo em algumas das poucas instituições cuja representação está em mãos do Proifes, como a UFBA.

Ainda segundo o CNG, a totalidade das assembleias realizadas “deliberou pela manutenção da greve e repudiou a ação do go-

verno, que ao assinar um acordo com uma entidade não representativa cometeu um ato antissindical e ofensivo ao movimento docente combativo e autônomo”.

Unilateral. O comunicado de 10/8 lembra que desde os primeiros dias da greve “a postura do governo federal com relação ao movimento docente foi desrespeitosa: ignorou a greve; protelou a marcação da mesa de negociação e quando a iniciou adotou a postura de não dialogar com a categoria docente e com as suas reivindicações”, e que encerra, agora, o processo de negociação “de forma unilateral reiterando suas posições, que apresentam divergências conceituais, políticas e financeiras com o projeto de educação defendido pelo Andes-SN”.

Ainda segundo o CNG, para tentar enfraquecer a greve o governo busca, também, criar uma situação de isolamento do movimento

docente. “Para tanto, realiza reuniões, em separado, de outras categorias da educação pública federal, bem como tenta deslegitimar o movimento por meio de notas públicas falaciosas e da busca da adesão dos reitores ao seu projeto, pressionando pela retomada do calendário acadêmico”.

O comunicado saúda “a firmeza da categoria na defesa de suas justas reivindicações, uma vez que após 84 dias mantém uma intensa e vigorosa greve”. Afirma que é preciso, “mais uma vez, tomar as ruas, radicalizar nas ações, unificando-as com os demais setores em greve e pressionar pela reabertura de negociações”, além de reafirmar a disposição do movimento grevista de negociar, sem abrir mão de seus princípios. Pede aos docentes, ainda, uma avaliação do que deve ser priorizado ou relativizado no item de pauta reestruturação da carreira, com vistas à elaboração de uma contraproposta.

Fórum Aberto pede ao IQ que anule a demissão de Ana Rosa Kucinski

Arquivo

Assassinada pela Ditadura Militar em 1974, ela foi desligada pela Congregação em fins de 1975 por “abandono de função”

O Fórum Aberto pela Democratização da USP convocou manifestação pública, que se realizaria no pergolado do Instituto de Química em 13/8, com a finalidade de pedir à Congregação da unidade que anule uma decisão tomada em outubro de 1975, quando demitiu por “abandono de função” a professora Ana Rosa Kucinski Silva, sequestrada e assassinada em 1974 pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar.

Ana Rosa graduou-se em Química e concluiu seu doutorado em Filosofia na própria USP. Na década de 1970, tornou-se uma das mais jovens professoras no recém-criado Instituto de Química da USP. Ao mesmo tempo, ingressou numa organização clandestina, a Ação Libertadora Nacional (ALN), que se opunha ao regime militar.

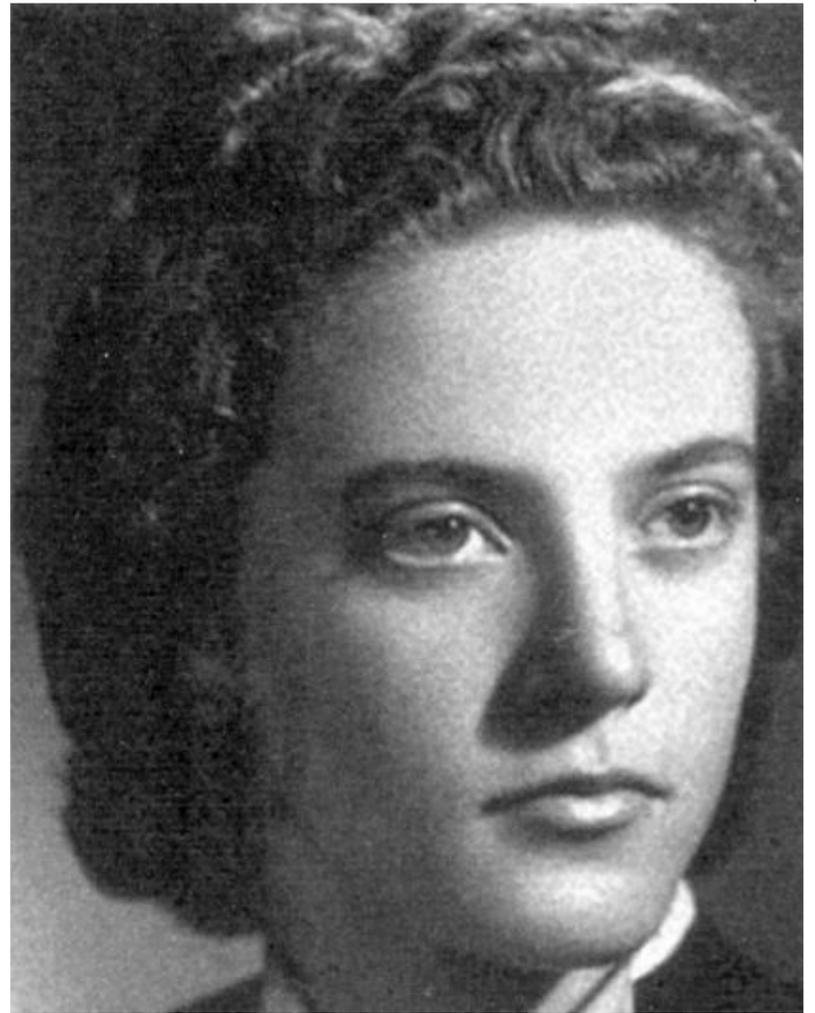
No dia 22 de abril de 1974, quando tinha 32 anos de idade, Ana Rosa foi vista pela última vez, nas proximidades da Praça da República, em São Paulo. Desapareceu junto com seu marido, o físico Wilson Silva, no momento em que celebravam quatro anos de casamento. Há relatos de que teria sido torturada e executada na chamada “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ).

A lei 9.140, de 1995, incluiu o nome de Ana Rosa na lista oficial das 136 pessoas que se encontravam desaparecidas “em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 02/09/61 e 15/08/79, e que por este motivo tenham sido detidas por agentes públicos”. Tal lista foi examinada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída por essa mesma lei, e Ana Rosa foi finalmente declarada vítima do Estado brasileiro. Mais recentemente, o ex-delegado de polícia e ex-agente do SNI Cláudio Guerra apontou-a como uma das pessoas que tiveram seus corpos incinerados por ele na Usina Cambahyba (RJ), em 1974.

Omissão da USP. Apesar de tais evidências, até agora a USP não tomou qualquer medida para

reverter a decisão resultante do processo instaurado pela Reitoria em 1974: a demissão da professora por 13 votos favoráveis e dois votos em branco. O desligamento de Ana Rosa foi publicado no *Diário Oficial* por ato do então governador do Estado, Paulo Egydio Martins. A manifestação do Fórum Aberto reforça as iniciativas da família, em especial de seu irmão, professor Bernardo Kucinski, de denunciar o caso e pedir providências.

O Fórum Aberto pela Democratização da USP reúne Adusp, Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre da USP), Associação de Pós-Graduandos do campus da capital (APG-USP), Centro Acadêmico de Filosofia (CAF), Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais – Centro Acadêmico das Ciências Sociais (CeUPES), Centro Acadê-



mico de História (CAHIS), Centro Acadêmico de Relações Internacionais (GUIMA), Centro Acadêmico da FEA (CAVC), Centro Acadêmico da Engenharia de Produção (CAEP), Centro Acadêmico de Engenharia Elétrica (CEE), Centro Acadêmico de Engenharia Civil (CEC), Grêmio da Poli (Gpoli), Centro Acadêmico do Instituto de Química (CEQHR), Centro Acadêmico Lupe Cotrim, da ECA (CALC), Centro Acadêmico Ruy

Barbosa (Educação Física), Centro Acadêmico da Mecânica (CAM), Centro Moraes Rego (CMR), Associação dos Engenheiros Químicos (AEQ), Levante Popular, Juventude às Ruas, Grupo de Trabalho pela Estatuinte da USP (GT Estatuinte), Coletivo Político Quem, Coletivo Merlino, Coletivo Manifesto pela Democratização da USP, Liga Estratégia Revolucionária, Frente de Esculacho Popular, Fórum da Esquerda.

Sede do Núcleo da Consciência Negra sofre danos e enfrenta assédio da Coesf

A sede do Núcleo da Consciência Negra da USP (NCN), que ocupa um galpão em área próxima à Faculdade de Economia e Administração (FEA), foi vítima de furto, no final de julho, depois que a Reitoria demoliu a ala que era ocupada pelo Centro Acadêmico Visconde de Cairu (CAVC).

“Verificamos que o Núcleo havia sido furtado num final de semana. Isto aconteceu depois que o espaço de convivência do CAVC foi transferido de local, e a Coesf [Coordenadoria do Espaço Físico] iniciou a demolição parcial sem nos comunicar o que fariam. Eles derubaram paredes que dividiam os dois espaços e retiraram o telhado, deixando o NCN totalmente vulnerável ao acesso externo. Foram furtados vários equipamentos que utilizamos em sala de aula e consideramos a Coesf responsável pelo ocorrido”, explica Maria José Menezes, a Zezé, funcionária do

Instituto de Ciências Biomédicas e colaboradora do NCN. Foram furtados um retroprojetor, um computador e aparelhos de DVD.

“É impressionante que em um espaço acadêmico ocorra tamanha arbitrariedade. Por conta dessa ocorrência, adiamos o início das aulas do cursinho [que o núcleo oferece]. Ontem (9/8) um dos trabalhadores da obra caiu do teto, em cima da pia da cozinha. Felizmente ele não se machucou, mas destruiu parte do telhado”, relata Zezé. Ela acredita que não vale a pena tentar resolver a situação com o professor Antonio Massola, titular da Coesf: “Massola quer que a gente saia, não adianta conversar com ele”.

Perseguição. O NCN ocupa a sede atual há 15 anos, mas desde 2010 vem sendo objeto de perseguição ostensiva da Coesf. Embora a Comissão de Orçamento e Pa-

trimônio (COP) tenha dado parecer favorável à formalização do Termo de Permissão de Uso, Massola vetou a permanência da entidade no local (*Informativo Adusp* 321). “O núcleo não recebeu qualquer notificação sobre a desocupação do espaço, porém em 21/12/2011, em pleno período de recesso e com a universidade completamente esvaziada, houve uma tentativa de derrubar o barracão que só foi barrada graças a uma intensa campanha de defesa”.

Zezé não sabe a que propósito se prestam as tentativas de despejo do NCN: “No ano passado, a justificativa da demolição dos barracões era a construção da ‘Nova ECA’, mas segundo o *USP Destaques* 50, no qual pautaram o NCN, o local seria utilizado para construir um Centro de Difusão Internacional. No local atual do núcleo, seria construído o estacionamento do Centro”.

Na Rádio USP, Rodas deprecia escola pública

Na edição de 2/8 do programa “Palavra do Reitor”, o reitor Grandino Rodas teceu comentários depreciativos sobre a rede pública de ensino fundamental e médio e a qualidade dos seus alunos, ao falar da ampliação do Programa de Avaliação Seriada (Pasusp), que integra o Inclusp, programa de “inclusão social” da universidade.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar constitucionais as cotas nas universidades federais colocou em evidência a inconsistência do Inclusp, criado exatamente como uma alternativa ao sistema de cotas.

“Desde o ano passado o Pasusp foi estendido aos alunos do segundo ano do ensino médio”, informou Rodas. “Porque muitas vezes as pessoas sequer fazem a inscrição, imaginando que não poderão ser aceitas. Por falta disso outros, com menos categoria ainda [sic], passam”, afirmou o reitor. “O Inclusp é um conjunto de soluções com o objetivo de ampliar o acesso do estudante de escola pública. Se a escola pública fosse como ela

era há algumas décadas, isso absolutamente não seria necessário”, prosseguiu. “O fato é que a escola pública, inclusive no Estado de São Paulo, de certa forma é algo que as pessoas fogem dela, porque, por muito que se venha tentando, até o momento não se conseguiu fazer com que a escola pública fosse algo aceitável”.

“Menos preparados”.

Rodas não apontou as causas da má qualidade da rede pública, mas foi categórico em seu diagnóstico: “No próprio Estado de São Paulo, cuja Secretaria da Educação tem uma das maiores verbas de todas as secretarias, inclusive [sic] maior que a da Saúde, o fato é que ainda não se conseguiu ter uma escola pública de qualidade”.

No entendimento do reitor, esse problema acarreta uma preocupação adicional para a USP: “Isso faz com que a universidade tenha que fazer algo que ela não precisaria fazer, que é justamente tentar facilitar o ingresso de estudantes de escolas públicas, que não têm o

nível dos das escolas privadas”.

Rodas deu ênfase à suposta qualidade superior das escolas particulares: “Não conseguiram ainda achar uma forma de fazer com que a escola pública se transforme em uma escola minimamente digna. Cabe à universidade fazer ações para que esses alunos, apesar de menos preparados que os da escola privada, possam ingressar”.

A seu ver, é preciso que tais ações sejam apenas “contingenciais”, pois caso se estendam no tempo poderão até mesmo destruir a USP: “O que se espera é que essas funções de auxílio, essas muletas, não continuem nas próximas décadas, porque se isso acontecer o que nós vamos ter é justamente um abaixamento [sic] do nível de qualidade do nível da própria universidade, e aí sim teremos completado o círculo vicioso completo [sic]. Quer dizer, já houve destruição da escola pública fundamental e média, e se continuar dessa forma haverá destruição também da universidade pública de São Paulo, inclusive da USP, que hoje está nos

seus melhores momentos”.

De ponta? Ao anunciar a oferta de 10.982 vagas no atual vestibular, Rodas apontou algumas novidades, como a ampliação de vagas no curso de Engenharia de Petróleo, oferecido pela Escola Politécnica em Santos, e outras mudanças que apontariam não apenas aumento de vagas, mas uma reformulação de cursos importantes.

Curiosamente, o reitor afirmou que a USP não repassa conhecimentos, ainda que em alto nível. “A USP não é universidade de repassar conhecimentos a nível [sic] superior, mesmo que em nível alto. Ela é uma universidade de ponta e não pode obviamente criar cursos pura e simplesmente para fazer essa repetitividade. Daí por que se justificam essas vagas em cursos que são novidade e que contribuem também para o intuito da universidade de ser cada vez mais universidade de ponta”.

A entrevista do reitor está disponível na íntegra em <http://goo.gl/ShL8K>.

PL 108/2012 quer mudar composição do CEE

O Conselho Estadual de Educação (CEE) está em xeque. Sua composição é determinada pela lei 10.043, de 1971, que permite ao governador do Estado nomear, por decisão pessoal, os 24 conselheiros. A lei do período ditatorial ignora a participação da sociedade, assegurada pela Constituição Estadual de 1989, o que levou o Ministério Público Estadual a questioná-la. E o projeto de lei 108/2012, de autoria dos deputados Geraldo Cruz e Simão Pedro, propõe mudanças substanciais na composição do CEE.

Avesso à ideia de participação popular, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) trocou, em julho último, quatro membros do Conselho, e renovou o mandato de outros quatro. Tomaram posse, em agosto, os professores Edgar de Decca (Unicamp), Márcio Cardim (FAI e Unesp) e Francisco Carbonari, que atua na rede privada e é secretário de Educação de Jundiaí, bem como Antonio Carlos das Neves (Fundação Bradesco).

De acordo com a ong Ação Educativa, 59% dos atuais conselheiros são ligados à iniciativa privada, e um terço deles exerce o cargo há mais de nove anos. “O CEE permanece com perfil empresarial, a maioria dos integrantes é ligada ao setor privado de educação”, reforça a Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp). “Entre os conselheiros que têm esse perfil estão Mário Vedovello Filho, Suzana Guimarães Tripoli e Teresa Roserley Neubauer da Silva, que foram reconduzidos pelo governador. A última conselheira ‘reeleita’ é Maria Helena Guimarães de Castro, que representa os setores público e privado”.

Deixaram o CEE as professoras Eunice Durham (FFLCH-USP), Maria Lucia Vasconcelos (ex-reitora da Universidade Mackenzie) e Suely Alves Maia, ex-secretária da Educação de Santos, além de Ana Luísa Restani (Fundação Bradesco).

No dia 1/8 o CEE elegeu como sua presidenta a professora Guiomar Namó de Melo. Apoiada pelo atual secretário da Educação, Herman Voorwald, ela derrotou a candidatura do reitor Grandino Rodas, também membro do conselho, por 12 votos a 10.

Audiência pública. Realizou-se em 13/6, na Assembleia Legislativa, audiência pública da Comissão de Educação e Cultura que

discutiu o PL 108/2011, com a participação de deputados do PT, PSDB, PV e PR; de membros do CEE; e de entidades interessadas, lideranças comunitárias e educadores.

“Queremos uma convivência harmônica entre os setores público e privado, mas entendemos que algumas questões de políticas públicas como educação e outras, especialmente a educação, têm de ter no seu comando o Estado. E mais do que isso, as pessoas que são envolvidas nessa área, nessa discussão e que trabalham”, afirmou na audiência o deputado Geraldo Cruz (PT).

O professor Rubens Camargo, falando em nome da Congregação da Faculdade de Educação da USP, criticou decisões que vêm sendo tomadas pelo CEE. “A diretriz de formação complementar de professores, por exemplo, altera a própria LDB, ao excluir o setor de educação infantil”, declarou.

“A Constituição Estadual define que os conselhos têm de contar com a participação da sociedade civil. Mas o CEE atual não tem diversidade. O PL 108/2011 procura garantir a participação de todos os atores envolvidos na Educação”, explica Luzia Rodrigues de Souza, assessora de Cruz.

O texto do projeto confere ao CEE “atribuições normativas, deliberativas, de fiscalização e de assessoramento da educação no Estado de São Paulo em conformidade com o previsto no artigo 242 da Constituição Estadual”.

No seu artigo segundo, estipula que o CEE “compõe-se de vinte e seis membros, sendo oito de livre escolha do Governador do Estado, escolhidos dentre pessoas de reconhecida ética profissional, conhecimento e experiência na área da educação, comprovados através de títulos e trabalhos realizados nesta área; e dezoito indicados por entidades representativas da comunidade escolar do Estado de São Paulo”. Os 18 conselheiros que estarão fora da “cota do governador” serão nomeados por ele, porém sua escolha ocorrerá “dentre representantes da comunidade escolar, eleitos pelas entidades de atuação no âmbito estadual”.